

20 — As atas do Júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e os sistemas de valoração final, serão facultados aos candidatos, sempre que solicitados.

21 — De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 30.º da referida portaria, os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no seu n.º 3, para a realização da audiência dos interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

22 — O exercício do direito de participação dos interessados deverá ser feito através do preenchimento de formulário-tipo, de utilização obrigatória, disponível no sítio do ICNF, I. P., em <http://www.icnf.pt>.

23 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados, após homologação, é publicitada no *Diário da República*, 2.ª série, afixada em local visível e público das instalações do ICNF, I. P., e disponibilizada na respetiva página eletrónica, nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.

24 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, o presente aviso será publicitado na bolsa de emprego público (www.bep.gov.pt), na página eletrónica do ICNF, I. P. (<http://www.icnf.pt>), e em jornal de expansão nacional, por extrato.

25 — Composição do júri:

Presidente — Dr.ª Sandra Paula Silva Loia Henriques, chefe de divisão de Contabilidade e Orçamento.

Vogais efetivos:

Dr.ª Natália Freitas Mendes, chefe de divisão de Contratação e Logística, que substitui a presidente nas suas faltas e impedimentos.

Dr.ª Cidália Maria de Jesus Marcelino Pereira, chefe de divisão de Recursos Humanos.

Vogais suplentes:

Dr.ª Paula Cristina Duarte Mira Alves de Matos, chefe de divisão de Controlo de Gestão

Dr.ª Carla Maria Cabrito Mesquita Jané, chefe de divisão de Património.

26 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

19 de setembro de 2014. — O Vogal do Conselho Diretivo, *João Rosa*.
208105924

Deliberação (extrato) n.º 1810/2014

Considerando que:

Em 1 de julho de 2012 entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de junho, que aprovou a Lei Orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., tendo os seus estatutos sido aprovados pela Portaria n.º 353/2012, de 1 de outubro, e ainda criadas as unidades flexíveis pela deliberação n.º 287/2013, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 1 de fevereiro de 2013, e pela deliberação n.º 1122/2013, alterada pela deliberação n.º 1124/2013, ambas publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 97, de 21 de maio de 2013;

A Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, estabelece que o exercício de cargos dirigentes pode ser exercido, em regime de substituição, nos casos de vacatura de lugar;

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, e no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, ambas na sua redação atual, o conselho diretivo deliberou, em reunião de 5 de agosto de 2014 por unanimidade, nomear, no cargo de chefe da Divisão de Gestão Florestal do Departamento de Gestão e Produção Florestal, em regime de substituição, por urgente conveniência de serviço e com efeitos reportados a 1 de setembro de 2014, o engenheiro Nuno Miguel Figueiredo e Silva de Sousa Sequeira Gama, técnico superior do mapa de pessoal do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P., o qual reúne os requisitos legais e é detentor de aptidão técnica para o exercício de funções de direção e de coordenação.

17 de setembro de 2014. — O Vogal do Conselho Diretivo, *João Rosa*.

Departamento de Gestão e Produção Florestal

Divisão de Gestão Florestal

Nota curricular

Nome: Nuno Miguel Figueiredo e Silva de Sousa Sequeira Gama.

Data de nascimento: 14 de maio de 1966.

Habilitações académicas: licenciatura em Engenharia Florestal — ramo de Produção Florestal, pelo Instituto Superior de Agronomia, 1987-1993.

Formação pós-graduada: Curso de Especialização em Gestão para Engenheiros, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, 2011.

Atividade profissional:

Desde fevereiro de 2012 — coordenador operacional do Programa para a Rede Rural Nacional (PRRN), na Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER) e do PRRN;

De fevereiro de 2010 a janeiro de 2012 — técnico superior, na Autoridade de Gestão do PRODER;

De janeiro de 2009 a janeiro de 2010 — diretor do Departamento de Controlo, no Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. (IFAP, I. P.);

De abril de 2007 a janeiro de 2009 — diretor regional-adjunto, na Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve;

De setembro de 2006 a março de 2007 — assessor do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;

De julho de 2003 a agosto de 2006 — chefe de serviço, na Unidade de Incentivos da Direção Regional do Algarve, do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas, I. P. (IFADAP, I. P.);

De maio de 1996 a junho de 2003 — técnico superior, no Serviço Regional de Faro do IFADAP, I. P.;

De outubro de 1993 a abril de 1996 — técnico superior, em regime de prestação de serviços, no Parque Nacional da Peneda-Gerês, do Instituto de Conservação da Natureza;

De janeiro de 1991 a setembro de 1993 — colaborador nas equipas de inventário florestal, no Instituto Superior de Agronomia;

De fevereiro de 1992 a fevereiro de 1993 — estagiário, na Divisão de Defesa e Proteção dos Arvoredos, da Direção-Geral das Florestas.

Experiência profissional mais relevante:

No âmbito das suas funções exerceu atividades nos domínios da gestão e execução de diversos fundos europeus de investimento no âmbito do desenvolvimento rural, florestal, agrícola e transformação e comercialização de produtos agrícolas e florestais.

Exerceu ainda atividades no âmbito da gestão florestal, de análise e controlo *in loco* a projetos de investimento e de apoio aos agricultores e produtores florestais.

Participou na preparação de diversos projetos legislativos na área florestal e relativos a apoios financeiros no âmbito do desenvolvimento rural, bem como na conceção de sistemas de informação, documentos de operacionalização e ferramentas informáticas de apoio à análise e acompanhamento dos projetos de investimento.

Possui formação complementar na área de direção, gestão e avaliação de recursos humanos, contratação pública e contabilidade, entre outras.
208105908

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 11960/2014

Nos termos dos n.º 1 e 2 do artigo 35.º e do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, na redação do Decreto-Lei n.º 222/2007, de 29 de maio, e ao abrigo do disposto no n.º 1 da Cláusula 12.ª, em conjugação com o regime disposto na alínea d) do n.º 1 e no n.º 3 da Cláusula 19.ª, todos do Contrato de Gestão do Hospital de Loures, e atento o artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de julho, que aprovou a orgânica do XIX Governo Constitucional, deogo no Secretário de Estado da Saúde, com faculdade de subdelegação, os poderes necessários para todos os atos e procedimentos necessários à autorização de alienação do capital social da SGHL - Sociedade Gestora do Hospital de Loures, S.A. e da HL-Sociedade Gestora do Edifício, S.A., designadas por Entidades Gestoras, a acionistas e a terceiros, incluindo a transmissão ou a one-ração das ações.

O presente despacho produz efeitos a 18 de setembro de 2014, sendo ratificados todos os atos entretanto praticados no âmbito do referido processo.

19 de setembro de 2014. — O Ministro da Saúde, *Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo*.

208105746